

# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>



**Academia Real das Ciências de Lisboa (1779-1820)**

A história marcou presença de relevo nas actividades da Academia Real das Ciências de Lisboa (ACL) desde a sua fundação no final do ano de 1779, quer como objecto específico de estudo, quer como disciplina académica merecedora de enquadramento institucional. No plano inicial dos Estatutos da ACL ficou consignada a distribuição dos seus membros por 3 classes, a saber: Ciências Naturais (também designadas como ciências da observação e dos fenómenos naturais), Ciências Exactas (ou ciências do cálculo) e Literatura (ou ciências morais e belas letras). As duas primeiras classes viriam depois a fundir-se na Classe de Ciências e a terceira classe viria a designar-se de Classe de Letras, divisão que ainda hoje regula a organização interna desta instituição. Na definição das matérias que constituíam objecto de atenção da Classe de Literatura, tomava-se em consideração que “o que de mais próprio e particular um povo possui é a língua que fala e a história do que lhe aconteceu”, pelo que “são por conseguinte a Língua e a História Portuguesa, consideradas em todos os possíveis aspectos e relações, os dois objectos que constituem o que a Academia quis entender por Literatura Portuguesa” (*Memórias de Literatura Portuguesa*, Tomo I, 1792, p. ii). Reclamando para si esta missão, a ACL procurava, de algum modo, dar continuidade aos propósitos da Academia Real da História Portuguesa, fundada em 1720 sob a égide de D. João V, cuja actividade se foi gradualmente reduzindo a partir de meados do século, extinguindo-se em 1776. A ACL tornou-se, assim, a instituição fulcral para o desenvolvimento de iniciativas de promoção do conhecimento da língua e da história portuguesas, prosseguindo esforços que haviam sido iniciados por outras academias literárias e eruditas, de vida intermitente e efémera, ao longo da 1ª metade do século XVIII. Ao fazer da história matéria da sua competência institucional, a ACL reconstruiu um legado que fazia seu, assumindo a plenitude de uma herança intelectual onde emergiam os nomes de Raphael Bluteau, António Caetano de Sousa ou Diogo Barbosa Machado.

Uma das primeiras e principais acções promovidas pela ACL no domínio da história foi o registo e inventário de fontes arquivísticas manuscritas, mediante levantamento sistemático de cartórios e bibliotecas do reino, em busca de documentação inédita ou ameaçada de entrar no esquecimento. Esta missão contou com o empenho directo de um dos fundadores da ACL, o Abade José Correia da Serra, que contribuiu decisivamente para o envolvimento programado e orientações expressamente dadas pela ACL para que se registassem e copiassem documentos dispersos pelos cartórios do reino que fossem considerados relevantes. O núcleo duro desta comissão estabelecida pela ACL era constituído por João Pedro Ribeiro,



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Joaquim José Ferreira Gordo e Frei Joaquim de Santo Agostinho. Os conhecimentos aprofundados de diplomática e paleografia eram condição indispensável à prossecução desta tarefa. Nela colaboraram diversos autores, designadamente Frei Joaquim Forjaz, Frei Joaquim de Santa Clara, Frei Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, José Anastácio de Figueiredo e José Veríssimo Álvares da Silva.

O levantamento de informação efectuado por estes membros da ACL foi relatado pelos próprios em correspondência dirigida a Correia da Serra, entre 1788 e 1794 (publicada por António Baião, *A Infância da Academia*, 1934). Nas suas missivas dão conta das vicissitudes associadas a este exigente trabalho de recolha de fontes, às dificuldades e custos associados à contratação de amanuenses e copistas que pudessem ajudar à preparação de índices e à transcrição de documentos. João Pedro Ribeiro rumou pelo Norte e Centro do país. Na sua correspondência com Correia da Serra, onde confessa que “aqui me vou divertindo por estes cartórios” (Baião, *op. cit.*, p.1), refere passagens por mosteiros e câmaras do Minho (Ponte de Lima, Viana, Caminha, Valença), Vila Real, Coimbra, Lamego, Guimarães, Braga, Porto e Aveiro. Atesta a riqueza da documentação inventariada ou registada, dizendo a propósito do Porto que “todos os cartórios de Lisboa não valem um desta província” (ibid, p. 6), e queixa-se invariavelmente das condições deficientes da sua conservação. Não se justificando ou revelando-se totalmente impraticável qualquer tentativa de publicação seleccionada ou parcial de manuscritos porventura considerados mais relevantes, João Pedro Ribeiro propõe a Correia da Serra a elaboração de um minucioso “Índice Cronológico” preparado pelos académicos que procediam ao levantamento, o qual seria posteriormente continuado pelas câmaras do reino que ficariam com essa incumbência de preservar a informação e documentação existente nos seus arquivos (ibid, pp. 8-9). Para o cumprimento desta missão da ACL, João Pedro Ribeiro ficou dispensado das obrigações de docência na Universidade de Coimbra, situação que lhe merecia alguma preocupação por não poder exercer plenamente as suas atribuições e pelo prejuízo de carreira e de poder académico que tal afastamento ocasionava (ibid, pp. 34-35). Mas não há dúvida que, não obstante tais inconvenientes, a missão que lhe foi atribuída pela ACL se revestiu de grande importância instrumental para a posterior criação da cadeira de diplomática na Universidade de Coimbra e para o reforço do seu prestígio e autoridade no domínio da história pátria e das técnicas auxiliares indispensáveis ao ofício de historiador.

A documentação à guarda de mosteiros mereceu particular atenção aos membros da comissão da ACL, nomeadamente Arouca e Tibães, cuja visita esteve a cargo de Frei Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, que igualmente se encarregou dos cartórios da região de Trás-os-Montes e Viseu. Frei Joaquim de Santo Agostinho encarregou-se da região do Algarve, dos mosteiros de Alcobaça e da região de Leiria e de alguns colégios de Coimbra. Os cartórios públicos e os mosteiros de Santarém couberam a Fr. Joaquim Forjaz. Joaquim José Ferreira Gordo ficou a seu cargo com os cartórios e arquivos de Lisboa e Tomar e também de Espanha, conforme relata pormenorizadamente nos Apontamentos que publicou nas *Memórias de Literatura Portuguesa* (Tomo III, 1792, pp. 1-92). É de sua autoria o documento programático mais completo sobre esta missão da Academia, em carta dirigida a José Correia da Serra em Julho de 1789 (ibid, pp. 120-128), explicitando a tipologia dos cartórios públicos a visitar (incluindo os cartórios judiciais e os arquivos das provedorias, contadorias, almoxarifados e alfândegas), assim como dos cartórios dos mosteiros,



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

cabidos e colegiadas. Refere ainda a vantagem de abranger, “se for possível, os de fidalgos de solar, que trouxeram a sua origem do tempo, em que estavam no seu maior auge os senhorios e jurisdições que recebiam da coroa” (ibid, p. 121). Refere com especial cuidado as tarefas que deveriam ser desenvolvidas pelos três encarregados de missão no arquivo da Torre do Tombo e demais cartórios de Lisboa, descrevendo com minúcia as operações e formalidades de registo a serem cumpridas. A única região do país que não foi expressamente visitada foi o Alentejo, parecendo plausível sugerir que tal se ficou a dever à presença marcante de Frei Manuel do Cenáculo nas dioceses de Beja e Évora, onde levou por diante uma reconhecida e aclamada acção de inventário e salvaguarda de documentos e monumentos históricos. Correia da Serra viria mais tarde a fazer um balanço altamente elogioso destas incursões arquivísticas, considerando-as fundamentais para o empreendimento editorial mais ambicioso, mas entretanto abandonado, do qual “a verdadeira História de Portugal devia sair” (José Correia da Serra, *Coup d’oeil sur l’état des sciences et des lettres*, 1804, p. cccxlvii).

Um segundo núcleo central da actividade da ACL no domínio da história, ao longo do período 1779-1820 aqui considerado, diz respeito ao trabalho de compilação, publicação e reedição de fontes inéditas. Em lugar de destaque, refira-se a *Colecção de Livros Inéditos de História Portuguesa*, publicada em 5 volumes entre 1790 e 1824. O mentor e impulsionador desta iniciativa foi também o secretário da Academia, José Correia da Serra, que assina um importante prólogo no qual fixa as principais linhas de força que balizam a reflexão historiográfica da ACL, como veremos mais adiante. A *Colecção* inclui, entre outros materiais inéditos, o *Livro da Guerra de Ceuta* por Mateus Pisano e diversas crónicas de reis portugueses por Rui de Pina (D. Duarte, D. Afonso V e D. João II), Fernão Lopes (D. Pedro I e D. Fernando) e Cristóvão Rodrigues Acenheiro. A publicação da *Crónica dos Reis de Portugal* de Acenheiro viria mais tarde a merecer a fúria implacável de Alexandre Herculano, o que mostra que a selecção de obras publicadas com a chancela da ACL era susceptível de polémica e controvérsia.

Alexandre Herculano viria também a questionar e combater severamente a legitimidade e veracidade de mitos e lendas expostos na *Monarquia Lusitana*, uma das obras mais emblemáticas da historiografia portuguesa da era moderna, parcialmente reimpressa pela Academia em 1806. Publicada com o novo título de *Colecção dos Principais Autores da História Portuguesa*, esta nova edição abrange as três primeiras partes da *Monarquia Lusitana*, até ao final do reinado de D. Afonso Henriques, sendo as duas primeiras de autoria de Frei Bernardo de Brito e a terceira de Frei António Brandão. No prólogo à nova edição da ACL, D. António da Visitação Freire faz uma apresentação da vida e obra de Fr. Bernardo de Brito, explicando o contexto da produção da *Monarquia Lusitana* no final do século XVI e dando conta das imprecisões de análise e falsificações de documentos, pouco lisonjeiras da probidade dos monges cistercienses. Especial atenção é dada à inexistência de provas documentais que sustentassem a veracidade do milagre de Ourique. Assim, muito antes da crítica que Herculano dedicou ao assunto, a reedição de 1806 procurava manter distância interpretativa no que se refere a acontecimentos não fundamentados por fontes documentais verídicas, ao mesmo tempo que alimentava um processo de reconstrução histórica a que não era alheia a vontade de enaltecer virtudes sustentadas na história mais longínqua da nação portuguesa.



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Não foi certamente por acaso que no ano (1806) em que as ameaças à integridade do território pelo eixo franco-espanhol eram patentes, a ACL fazia sair dos prelos uma obra que afirmava a longevidade e perenidade da monarquia lusitana.

Igualmente relevantes foram as edições da *Vida do Infante D. Duarte* por André de Resende (1789), o *Soldado Prático* de Diogo do Couto (1790) e a *Colecção de Notícias para a História e Geografia das Nações Ultramarinas* (5 vols. iniciados em 1812 e cuja publicação se prolongaria até 1839). Através da constituição deste corpus de fontes históricas portuguesas, a que naturalmente se associava o trabalho de cadastro e inventário de documentos que permaneciam ignorados ou mal conhecidos nos arquivos e bibliotecas, a ACL demonstrava a sua clara prioridade pela reconstrução e valorização patrimonial.

Com efeito, sem inventário de arquivos e sem publicação de fontes, não seria possível o exercício concreto do ofício do historiador. Essa é a terceira dimensão que importa reter neste balanço das actividades directamente proporcionadas pela ACL ao longo da primeira fase da sua existência institucional, a qual representa um dos períodos mais importantes para se compreender a contribuição da ACL para a construção da história como disciplina académica no nosso país.

Todos os autores que participaram na missão da ACL para o levantamento de fontes nos cartórios e bibliotecas do reino também publicaram relatos das suas incursões arquivísticas na colecção de *Memórias de Literatura Portuguesa*, da qual foram publicados oito volumes entre 1792 e 1814. Esta colecção, cujo título é expressamente identificado como referência à língua e história portuguesas, constitui o principal repositório do trabalho historiográfico dos sócios da ACL ao longo do período em análise. A título exemplificativo, refira-se a publicação de uma memória sobre a crónica inédita da conquista do Algarve, encontrada por Frei Joaquim de Santo Agostinho (*Memórias de Literatura Portuguesa*, Tomo I, 1792, pp. 74-97), a descrição pormenorizada que este mesmo autor faz dos códices manuscritos do Mosteiro de Alcobaça, corrigindo erros de anteriores inventários (ibid, Tomo V, 1793, pp. 297-362), a breve notícia de Frei Joaquim Forjaz sobre a descoberta, no Convento da Graça, de memórias inéditas de Diogo do Couto (ibid, Tomo I, 1792, pp. 339-343), ou ainda as diversas memórias de João Pedro Ribeiro sobre fontes históricas das ordenações e do direito civil e canónico português. Igualmente relevantes são as memórias de António Caetano do Amaral sobre a história da legislação e costumes em Portugal.

De um modo geral, e para o conjunto dos oitos tomos das *Memórias de Literatura Portuguesa*, existe uma clara dominância de temas históricos, com estudos sobre história civil, eclesiástica e militar, história da língua e literatura, história da magistratura, do direito e da legislação. De salientar também a publicação de diversos apontamentos monográficos e sectoriais com incursões nos domínios da história social, económica e institucional. Muitas das memórias publicadas correspondiam a textos submetidos aos concursos lançados pela própria ACL, visando premiar e reconhecer o mérito de abordagens dedicadas a matérias que a direcção da ACL reputava essenciais para a formação de um conhecimento alargado nos diversos domínios da sua intervenção (ciências naturais, ciências exactas e literatura, esta última subdividida em língua e história). Entre os temas colocados a concurso, que eram objecto de prémio e publicação, os assuntos de âmbito histórico marcavam presença regular, designadamente sobre a evolução da





# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

jurisprudência dos morgados, sobre a introdução do direito canónico e do direito romano em Portugal, sobre numismática e história das moedas, sobre a história de pesos e medidas desde a fundação da monarquia, sobre evolução da população desde o tempo das descobertas, sobre a história das enfermidades, etc.

Para além da colecção das *Memórias de Literatura Portuguesa*, a ACL também publicou obras próprias dos autores mais destacados pela qualidade e pertinência das suas pesquisas históricas, sobretudo no que se refere a fontes e índices de legislação e do direito, nas diferentes áreas da sua aplicação. As obras de Pascoal de Melo Freire, José Anastácio de Figueiredo e João Pedro Ribeiro são merecedoras de ênfase, pela influência duradoura que viriam a exercer.

Em muitos dos autores que colaboraram na produção historiográfica da ACL, regista-se uma preocupação em justificar a necessidade de um novo entendimento do objecto histórico e de uma nova atitude do sujeito que interpreta a ocorrência de factos comprovados pela documentação de arquivo. Tomando como exemplo uma das figuras cimeiras desta geração ilustrada de historiadores da ACL, João Pedro Ribeiro, veja-se o cuidado com que, no prólogo ao primeiro tomo das *Dissertações Cronológicas e Críticas* (1810), justifica a publicação da sua obra pela necessidade de devolver verdade a falsos documentos fabricados ou a factos históricos deturpados e mal interpretados. Assim, estamos perante um processo de publicação e interpretação de fontes que é fortemente marcado pela motivação de reconstrução heurística e hermenêutica em que os textos e a narrativa que deles é feita se enquadram em propósitos de constituição de uma memória que havia sido deixada ao abandono ou que tinha sido alvo de usurpações indevidas.

Os textos curtos mas incisivos de José Correia da Serra, então investido na sua qualidade de secretário da ACL, permitem uma leitura de conjunto sobre o significado global da história que a ACL desejava praticar. O primeiro momento em que expressa o seu ponto de vista sobre a relevância da história é no discurso preliminar ao tomo I da colecção de *Memórias Económicas* (1789), quando explica que o conhecimento dos recursos e potencialidades produtivas do reino e seus domínios, tendo em vista a melhoria da sua utilização, não exige apenas um conhecimento aprofundado das ciências naturais e exactas que podem contribuir para esse fim, mas também da história que fornece pistas para o entendimento das razões por que se conseguem ou não atingir determinados objectivos. Por palavras suas, não restam dúvidas sobre a missão que cabe aos historiadores: “Toca aos que aprofundam os antigos sucessos fazer este exame, e dar a conhecer o que já nos serviu de proveito, ou de ruína, e as causas, porque crescemos, ou diminuímos em número, em forças, em luzes, em riquezas. O conhecimento do que a nação é, e do que pode ser, pelo que já tem sido, é dos mais úteis para a sua felicidade, e só pode esperar-se dos esforços unidos de um corpo tal, como a Academia” (José Correia da Serra, Discurso Preliminar, *Memórias Económicas*, Tomo I, 1789, p. 10).

Esta visão sobre a relevância da história para a compreensão do presente, assim como para a definição dos procedimentos de actuação política que se consideram mais ajustados à prossecução de determinados objectivos, é retomada em novo discurso preliminar com que abre a *Colecção de Livros Inéditos de História Portuguesa*, em 1790. O encadeamento evolutivo de circunstâncias e acontecimentos conferem à história



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

um lugar insubstituível no conhecimento da sociedade. Por isso, para Correia da Serra, “A História de Portugal não é para nós um estudo indiferente, ou de mera curiosidade. (...) As leis que nos governam, as classes de pessoas em que a nação é dividida, os foros, privilégios e obrigações de cada um de nós, a natureza dos bens que possuímos, as formas da administração pública, os usos que seguimos, a língua que falamos, são tudo consequências de sucessos passados, e neles somente podemos achar o conhecimento da sua origem, e a explicação da sua natureza. Se a glória nos não movesse a estudá-los, a necessidade nos obrigara” (José Correia da Serra, Discurso Preliminar, *Colecção de Livros Inéditos de História Portuguesa*, Tomo I, 1790, p. vii).

Segundo Correia da Serra, a especificidade do objecto de estudo da história não permite a experimentação, nem a repetição de observações, impondo exigências acrescidas ao raciocínio arguto. Por isso são tão importantes os vestígios de narrativas e monumentos, donde decorre a necessidade da preservação de fontes primárias. Os riscos interpretativos, as falsas representações e os abusos hermenêuticos obrigavam a dar especial atenção aos registos genuínos de acontecimentos que fazem a história, conforme transparece na seguinte passagem: “Quando saírem do pó estas testemunhas, e um grande número de factos incógnitos vir a luz do dia, quando o trabalho, a paciência, o espírito de crítica, e de discurso tiverem combinado estes materiais, e deduzido a exacta notícia dos pontos que nos interessa conhecer, (porque nem tudo o que aconteceu é digno de ser História, ainda que tudo pode servir para ilustrá-la) então é que poderemos sem jactância persuadir-nos de saber o que Portugal tem sido. Então, e só então, uma pena guiada pela razão, e pelo bom gosto, poderá expor à nossa vista a complicada série das acções passadas, e explicar-nos com certeza, as causas que as motivaram, e os efeitos que delas se seguiram, de modo que a nós sejam de proveito, e à posteridade de ensino” (ibid, pp. ix-x).

Nas palavras de Correia da Serra a história surge como elemento indispensável à formação do conhecimento ilustrado, comungando e partilhando traços e trajectórias de outros discursos científicos. A constituição do arquivo e da memória, o registo e a preservação das fontes, as reconstruções interpretativas da história, correspondem a procedimentos de pesquisa onde se relevam protocolos e instruções de observação e descrição que confirmam a importância de métodos empíricos. À semelhança das regras fixadas pela ACL aos cientistas naturais que procediam a recolhas de amostras e objectos para a constituição de colecções museológicas, também os membros da comissão encarregada de visitar os cartórios e bibliotecas do reino deveriam “receber da Secretaria da Academia, antes que comecem seu trabalho, uma lente de aumentar, e quantidade de espírito conveniente para avivar as letras dos manuscritos que o tempo houver apagado” (Carta de Joaquim José Ferreira Gordo a José Correia da Serra, Julho de 1789, in A. Baião, *A Infância da Academia*, 1934, p. 126).

Tal como as ciências do mundo natural, também a história se pretendia útil à compreensão do presente, não se acantonando nos limites estreitos de uma reflexão abstracta. Ao longo da fase inicial da ACL, a história é entendida como instrumento e recurso de constituição, preservação e valorização da memória, numa perspectiva que já não é a de um mero elogio grandiloquente de um passado glorioso, mas sobretudo a de um processo ilustrado de verificação meticulosa e crítica das raízes e fundamentos que estabelecem



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

as condições para a compreensão da passagem ao tempo presente.

**Bibliografia activa:** *Colecção de Livros Inéditos de História Portuguesa dos Reinados de D. João I, D. Duarte, D. Afonso V e D. João II*, Lisboa, Oficina da Academia, 1790-1824 (5 vols.).

*Colecção dos Principais Autores da História Portuguesa, publicada com notas pelo Director da Classe de Literatura da Academia Real das Ciências de Lisboa e por ela oferecida a Sua Alteza Real o Príncipe Regente Nosso Senhor*, Lisboa, Oficina da Academia, 1806 (8 vols.).

*Memórias de Literatura Portuguesa*, Lisboa, Oficina da Academia, 1792-1814 (8 vols.).

*Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa para o Adiantamento da Agricultura, das Artes, e da Indústria em Portugal e suas Conquistas*, Lisboa, Oficina da Academia, 1789-1815 (5 vols). (Nova edição: Lisboa, Banco de Portugal, 1990, dir. José Luís Cardoso).

Ribeiro, João Pedro, *Dissertações Cronológicas e Críticas sobre a História e Jurisprudência Eclesiástica e Civil em Portugal*, Lisboa, Oficina da Academia, 1810-1836 (5 vols.).

Serra, José Correia, "Coup d'oeil sur l'état des sciences et des lettres parmi les Portugais pendant la seconde moitié du siècle dernier (1804)", in Balbi, Adrien, *Essai Statistique sur le Royaume de Portugal et d'Algarve compare aux autres états de l'Europe*, Paris, Chez Rey et Gravier, Libraires, 1822, Tome II, pp. cccxxxiii-ccclviii.

**Bibliografia passiva:** Aires, Cristóvão, *Para a História da Academia das Ciências de Lisboa*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1927.

Baião, António, *A Infância da Academia (1788-1794). Visita aos Arquivos do Reino: correspondência a tal respeito de João Pedro Ribeiro, Santa Rosa de Viterbo, etc.*, Lisboa, Tipografia da Academia, 1934.

Ferrão, António, *Os Estudos Históricos na Academia as Ciências*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1931.

Ferrão, António, *A Academia das Ciências de Lisboa e o movimento filosófico, científico e económico da segunda metade do século XVIII. A Fundação desse Instituto e a primeira fase da sua existência*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1923, 47 pp.

Ferrão, António, *Os Estudos de Erudição em Portugal nos fins do século XVIII*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1928, 43 pp. (Separata do «Boletim da Segunda Classe», vol. XVIII).

Figueiredo, Fidelino de, «O que é a Academia (Real) das Ciências de Lisboa (1779-1915)», in *Estudos de Literatura*, primeira série (1910-1916), Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1917, pp. 129-145.

Ribeiro, José Silvestre, *História dos Estabelecimentos Científicos, Literários e Artísticos de Portugal nos Sucessivos Reinados da Monarquia*, Lisboa, Tipografia da Academia, 1872, Tomo II, pp. 37-61 e 267-369.



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Serrão, Joaquim Veríssimo, *A Historiografia Portuguesa (Doutrina e Crítica)*, vol. III, Lisboa, Editorial Verbo, 1977, pp. 205-248.

José Luís Cardoso



APOIOS:

